

Relatório de Atividades Janeiro 2013-Março 2014

1.	Circulares do ICOM-Portugal	
2.	Declarações e Comunicados Públicos	:
3.	Organização de Encontros	:
4.	Boletim Informαção ICOM.PT	4
5.	Conselho Nacional de Cultura	4
6.	Conselho Consultivo da Comissão Portuguesa da UNESCO	4
7.	Projetos	į
8.	Publicações	
9.	Arquivo Histórico	
10.	Bolsas ICOM-PT	
11.	Atividades Regulares	(
	A. Assembleias Gerais	
	B. Participação em Reuniões e Encontros	
	C. Reuniões da Direção	
	D. Relações com ICOM Paris	
	E. Dia Internacional dos Museus	
	F. Outras Atividades Quotidianas	
12.	Pessoal	g
13.	Novos Membros	g
14.	Apoios	Ç
15.	Contas	10
16.	Quem Somos	10
17.	Anexos	10



1. CIRCULARES

Circular 1/2013

11 Dezembro 2013, referente ao valor anual das quotas em 2014.

2. DECLARAÇÕES E COMUNICADOS PÚBLICOS

Informação sobre a Audiência do Secretário de Estado da Cultura à Direcção do ICOM-PT 28 Fevereiro 2013

Declaração de Lisboa: Support Culture and Museums to face Global Crisis and build the Future (Appeal to the European Parliament and Commission, to the Parliaments and Governments of European Countries and to Regional and Local Governments)
6 Abril 2013

Direções ICOM-Portugal, ICOM-Bélgica, ICOM-Croácia, ICOM-Grécia, ICOM-Itália, ICOM-Espanha, depois subscrita também pelas direções do ICOM-Alemanha, ICOM-Malta, ICOM-Noruega, ICOM-Roménia e ICOM-Grã-Bretanha.

Em Agosto de 2013, Declaração de Lisboa foi adoptada pela AG do Rio de Janeiro, tendo sido transformada em recomendação do ICOM.

Comunicado Projetos de Loteamento do Hospital Miguel Bombarda, Hospital de S. José, Hospital dos Capuchos e Hospital de Santa Marta, Colina de Santana 9 Julho 2013

Comunicado conjunto Direções ICOM-PT e ICOMOS-PT

Este Comunicado foi acompanhado por uma reclamação escrita apresentada por Luís Raposo, enquanto Presidente do ICOM-PT, junto da Câmara Municipal de Lisboa.

Comunicado *Em Defesa do Museu do Cinema* 29 Agosto 2013 Direção do ICOM-PT

Declaração da Direção do ICOM-PT sobre a composição da Secção dos Museus, Conservação, Restauro e Património Imaterial do Conselho Nacional de Cultura 12 Novembro 2013 (constou da ata da reunião e foi tornada pública)

Comunicado *Pela Preservação das Coleções e Património do Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT), Lisboa* 14 Novembro 2013 Direção do ICOM-PT

Mensagem aos Membros: O Futuro do ICOM — Eleições em Março 2014 29 Novembro 2013



3. ORGANIZAÇÃO DE ENCONTROS

O ICOM-PT organizou os seguintes encontros e debates:

Painel-debate PATRIMÓNIO CULTURAL E MUSEUS: QUE PRÁTICAS, QUE PERSPETIVAS DE GESTÃO INTEGRADA?

Museu Nacional de História Natural e da Ciência (Universidade de Lisboa) 16 Março 2013



PUBLIC POLICIES TOWARDS MUSEUMS IN TIMES OF CRISIS Museu Nacional de Etnologia, Lisboa 5-6 Abril 2013 Organização conjunta ICOM-PT e ICOM-Europa

MUSEUS, EDUCAÇÃO E OS SEUS PROFISSIONAIS Museu Nacional de Arqueologia 22 Junho 2013 Organização ICOM-PT e ICOM-CECA em Portugal

SERVIÇO PÚBLICO, MUSEUS E FOTOGRAFIA: QUE LIMITES?
Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Museu da Cidade de Lisboa 24 de Outubro 2013
Organização: Acesso Cultura e ICOM-PT

ENCONTROS DE OUTONO

Sistemas de Informação em Museus: Estado da Arte em Portugal Museu da Electricidade, Lisboa 11 Novembro 2013

Organização conjunta ICOM-PT e Grupo de Trabalho 'Sistemas de Informação em Museus' da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD)



FESTA DOS MUSEUS

Integrada no Festival IN (FIL, Lisboa)

14-17 Novembro 2013

Participaram c. 40 museus e instituições que tutelam museus em Portugal, de todo o país (c. 1000 m²). Além da organização, o ICOM-Portugal participou com uma banca própria, que foi animada por 25 voluntários.





XI JORNADAS DE PRIMAVERA DO ICOM-PORTUGAL PLANEAR E PROGRAMAR MUSEUS: CRIAR CONEXÕES, ENVOLVER A SOCIEDADE, CONSTRUIR UMA VISÃO CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO Fundação Calouste Gulbenkian 31 Março 2014

4. BOLETIM Informação ICOM.PT

No período Janeiro 2013 a Março de 2014 foram publicados em versão electrónica cinco números do Boletim *Informação ICOM.PT* (Dez12-Fev13, Mar-Mai013, Jun-Ag013, Set-Nov13 e Dez13-Fev14).

A responsabilidade da edição foi de Maria Vlachou.

5. CONSELHO NACIONAL DE CULTURA

O ICOM-PT participou em duas reuniões da Secção dos Museus, Conservação, Restauro e Património Imaterial do Conselho Nacional de Cultura (12 Novembro 2013, 3 Fevereiro 2014). O representante do ICOM-PT foi Luís Raposo.

6. CONSELHO CONSULTIVO DA COMISSÃO PORTUGUESA DA UNESCO

O ICOM-PT participou nas reuniões do Conselho Consultivo da Comissão Portuguesa da UNESCO (3 Maio e 13 Setembro). O representante do ICOM-PT foi Luís Raposo.

www.icom-portugal.org info@icom-portugal.org

4

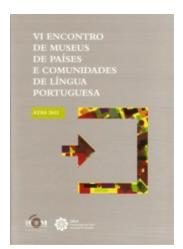


7. PROJECTOS

Em 2013, o ICOM-PT candidatou o seu Arquivo Histórico ao Concurso 'Projetos de Recuperação, Tratamento e Organização de Acervos Documentais' (Fundação Calouste Gulbenkian). A candidatura foi, porém, indeferida.

O ICOM-PT continuou a apoiar, enquanto instituição preponente responsável pela gestão financeira, o estudo 'Museu e Público Sénior', uma iniciativa do Grupo de Acessibilidade em Museus (GAM, atual Acesso Cultura) com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. O estudo foi lançado publicamente no dia 18 de Março de 2013.

8. PUBLICAÇÕES



Em 2013, o ICOM-Portugal publicou:

G. Filipe (coord.) VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa (Atas). Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, Lisboa, ISBN: 978-989-98396-0-1 (com o apoio da CPLP).

O livro foi oficialmente lançado na XXIII Conferência Geral do ICOM, Feira dos Museus, Cidade das Artes, Rio de Janeiro, 14 Agosto 2013.

Encontra-se também em preparação a publicação de uma seleção de textos do encontro 'Museums in Times of Crisis'.

Finalmente, foi concluída, em colaboração com o ICOM-Brasil, a tradução do livro *Key Concepts of Museology* (ICOM-ICOFOM) para língua portuguesa (Graça Filipe e Marta Lourenço).

9. ARQUIVO HISTÓRICO

O ICOM-PT iniciou em 2012 a organização do seu arquivo histórico (AHICOMPT), que inclui documentação desde a década de 1950. Nesse ano, toda a documentação foi reunida na atual sede (Museu Nacional de História Natural e da Ciência, Museus da Universidade de Lisboa) e Roberto Leite foi contratado, entre Março de 2012 e Fevereiro de 2013, para a sua organização, produção de um guia de fundos preliminar e também para atualização da base de dados de membros. A descrição e catalogação detalhada dos fundos documentais históricos terá de ser efectuada numa segunda fase, por um arquivista. Como foi referido anteriormente, o ICOM-PT concorreu a um subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian para esse fim, mas sem sucesso.

10. BOLSAS ICOM-PT

Em 2013, o ICOM-PT atribuiu subsídios do PROGRAMA DE BOLSAS ICOM.PT, para apoio à participação de membros em conferências internacionais. O Júri foi constituído por Clara Camacho, Raquel Henriques da Silva e Luís Raposo.



Candidaturas 2013:

Hélia Marçal (ICOM nº 65665), Encontro ICOM-CC Interim Meeting, Copenhaga. Subsídio concedido: 357.24 euros.

Márcia Vilarigues (ICOM nº 52894), Encontro ICOM-CC Glass, Amsterdão. Subsídio concedido: 500 euros (a candidata entretanto apresentou justificação válida e cancelou, tendo devolvido o subsídio, email de 8 Setembro de 2013).

11. ACTIVIDADES REGULARES

A. Assembleias Gerais

Assembleia Geral Ordinária, 16 Março 2013, no Museu Nacional de História Natural e da Ciência, Lisboa.

Assembleia Geral Ordinária, 31 Março 2014, na Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (assembleia geral eleitoral, dado que se encerra o mandato da atual direção).

B. Participação em reuniões e encontros

O ICOM-PT participou em 2013 e 2014 (Janeiro a Março) nas seguintes reuniões e encontros nacionais e internacionais (lista não exaustiva):

Audiência do ICOM-PT com Secretário de Estado da Cultura Palácio Nacional da Ajuda 27 Fevereiro 2013 Representantes ICOM-PT: Luís Raposo e Graça Filipe

Lançamento do estudo 'Museus e Público Sénior em Portugal' Fundação Calouste Gulbenkian 18 Março 2013 Representante ICOM-PT: Luís Raposo

IV Jornadas de Trabalho ICOM-DEMHIST Casa Museu Guerra Junqueiro, Porto, 8 Abril 2013 Representante ICOM-PT: Paula Menino Homem

Audição da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura ao ICOM-PT, ICOMOS-PT e APOM

Palácio de São Bento

11 Maio 2013

Representante ICOM-PT: Luís Raposo

I Encontro PATRIMONIO.PT: *Gestão Pública e Gestão Privada de Recursos Culturais* MAPA, Lisboa 11 Maio 2013

Participação como orador: Luís Raposo





Eurovision Museum Exhibiting Europe 2013 Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa 20 Junho 2013 Participação como orador: Luís Raposo

WARM UP do Festival IN 25 de Junho 2013 Participação como orador: Luís Raposo

Apresentação e Debate dos Projetos para a Colina de Santana, Lisboa Ordem dos Arquitetos 11 Julho 2013 Representantes ICOM-PT: Luís Raposo e Marta Lourenço

ICOM-Internacional: XXIII Conferência Geral do ICOM, Cidade das Artes, Rio de Janeiro (Assembleia Geral e Conselho Consultivo)
10-17 Agosto 2013
ICOM-PT representado por Luís Raposo e Graça Filipe

Neste âmbito, e para além do lançamento das Atas do VI Encontro de Museus e Comunidades de Países de Língua Portuguesa acima referido, há a destacar a participação de Luís Raposo na *Orientation Session for New ICOM Members/ICOM Ambassador* (10 Agosto), de Graça Filipe no painel *Opening thoughts on the special visitor and the contemporary debate in museology* (organizado pelo ICOM-ICOFOM, 13 Agosto) e de Joana Sousa Monteiro, em representação do ICOM-Portugal, no *Encontro ICOM Diálogo Sul-Sul de Museus*, em São Paulo (19 Agosto).





Reunião com o Grupo Parlamentar do PCP/Gabinete Eleitoral CDU Parlamento, 2 Setembro 2013 Representantes ICOM-PT: Luís Raposo e Graça Filipe

International Congress of Maritime Museums, ICMM 2013 Cascais, 8-15 Setembro 2013 Representação ICOM-PT: Luís Raposo

Reunião com o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda Parlamento, 30 Outubro 2013 Representantes ICOM-PT: Luís Raposo e Graça Filipe

Entrega de Prémios APOM 13 Dezembro 2012 ICOM-PT representado por Luís Raposo

V Jornadas de Trabalho ICOM-DEMHIST Casa de Santa Maria Cascais, 21 Fevereiro 2014 Representante ICOM-PT: Silvana Bessone

Reunião 'Future of European Museums' Organizada pelo Conselho da Europa 17 Março 2014, Estrasburgo Participação de Luís Raposo

C. Reuniões da Direcção ICOM-PT

15 Março 2013 (Museu Nacional de História Natural e da Ciência) 1 Junho 2013 (Museu Nacional de História Natural e da Ciência) 1 Outubro 2013 (Museu Nacional de História Natural e da Ciência)

D. Relações com ICOM-Internacional

Correntemente, o ICOM-PT envia novos membros para o ICOM Internacional bem como uma percentagem das quotas anuais (75%) e relatórios sobre projetos e outras atividades. Do ICOM Internacional, o ICOM-PT recebe informações relativas à gestão de membros, quotas, reuniões, bem como às mais diversas atividades da organização, que distribui pelos membros portugueses.

Para além disto:

Luís Raposo integrou o ICOM 2011-2013 Strategic Plan Evaluation Committee (2013).

Na Conferência Geral do Rio de Janeiro (Agosto 2013), Luís Raposo foi re-eleito para a Direção do ICOM-Europa (2014-2016).



Luís Raposo também foi convidado, pelo ICOM-Internacional, a integrar o WOG – ICOM Working Group on Statutes, Internal Rules, Regulations and Governance (2014-2016).

E. Dia Internacional dos Museus

Tema 18 Maio 2013: Museus (Memória + Criatividade) = Transformação Social Tema 18 Maio 2014: Museus: As Coleções criam Conexões Como é habitual, o ICOM-PT encorajou a participação dos museus portugueses nesta

iniciativa do ICOM Internacional.

F. Outras Atividades Quotidianas

Manutenção e atualização do site ICOM-PT.

Remodelação integral das bases de dados de membros.

Correspondência e arquivo.

Manutenção e gestão das contas e tesouraria.

Organização do arquivo semi-corrente, corrente e histórico.

Gestão dos endereços <u>info@icom-portugal.org</u> (Isabel Tissot), <u>admin@icom-portugal.org</u> (Marta Lourenço) e <u>direccao@icom-portugal.org</u> (Luís Raposo)

Divulgação regular de informação sobre as atividades do ICOM para a lista de membros e para a lista MUSEUM

12. PESSOAL

Paula Gualdrapa, apoio ao secretariado da Direção: Janeiro-Dezembro 2013 e Janeiro-Março 2014.

Roberto Leite, para apoio à organização do Arquivo e Centro de Documentação do ICOM-PT: Janeiro-Fevereiro 2013.

13. NOVOS MEMBROS

Em 2013 inscreveram-se 31 novos membros no ICOM, dos quais 12 de categoria Estudante e 2 de categoria Institucional (Fundação Museu do Douro e Museus de Cascais).

Não são aqui contabilizados os membros já entrados em 2014.

14. APOIOS

Em 2013-2014, e para além de todos os convidados e oradores presentes nos debates e encontros, o ICOM-PT agradece às seguintes instituições, sem as quais não teria sido possível a realização das atividades que constam deste Relatório:

AIP/Fundação AIP
Câmara Municipal de Lisboa
Centro de Arqueologia de Almada/Revista *Al-madan*Comissão Nacional da UNESCO
Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)
Direcção-Geral do Património Cultural



Fundação Calouste Gulbenkian
Fundação EDP
ICOM-Internacional
ICOMOS
Museu da Electricidade
Museu Nacional de Etnologia
Museu Nacional de Arqueologia
Museu Nacional de História Natural e da Ciência
Sistemas do Futuro
Universidade de Lisboa

15. CONTAS

Ver Relatório correspondente às contas de 2013, bem como parecer do Conselho Fiscal.

16. QUEM SOMOS

Os corpos gerentes do ICOM-Portugal que terminam o mandato em 31 de Março de 2014 (triénio 2011-2013) foram:

Mesa da Assembleia Geral: Silvana Bessone, Museu Nacional dos Coches (Presidente), Maria Vlachou, Museóloga (Vice-Presidente), Maria do Rosário Azevedo, Museu Gulbenkian (1ª Secretária) e José Manuel Oliveira, Casa-Museu de Camilo (2º Secretário).

<u>Conselho Fiscal</u>: **Clara Vaz Pinto**, Museu Nacional do Traje (Presidente), **Manuela Oliveira Martins**, Museu do Oriente (Vogal) e **Francisco Pedroso de Lima**, Museu de Angra do Heroísmo (Vogal).

<u>Direcção</u>: **Luís Raposo**, Museu Nacional de Arqueologia (Presidente), **Marta Lourenço**, Museus da Universidade de Lisboa (Secretária), **Isabel Tissot**, Archeofactu (Tesoureira), **Graça Filipe**, Ecomuseu Municipal do Seixal (Vogal) e **Paula Menino Homem**, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Vogal).

Direcção ICOM-Portugal Março 2014

17. Anexos

De seguida apresentam-se documentos produzidos, bem como alguns encontros realizados, a título meramente exemplificativo.

Toda a documentação que fundamenta este relatório encontra-se no Arquivo e Centro de Documentação do ICOM-Portugal e pode ser consultada mediante pedido prévio.



Appeal to the European Parliament and Commission, to the Parliaments and Governments of European Countries and to Regional and Local Governments

Support Culture and Museums to Face the Global Crisis and Build the Future

ICOM, the International Council of Museums, is the international organisation of museums and museum professionals, with 30,000 members in 137 countries. On behalf of hundreds of thousands of professionals and volunteers currently working in museums in our countries, the Chairs of ICOM European National Committees signed below, with the close support of the Chair of ICOM Europe and the President of ICOM, are meeting in Lisbon on April 5 and 6 2013, for the international conference on *Public Policies toward Museums in Times of Crisis*, appeal to European, national, regional and local Parliaments and Governments to support culture and museums in these times of crisis.

We would like to point out that in many countries of Europe and European Union the economic crisis is producing dramatic effects upon cultural activities and museums. Museums are unique resources that not only produce knowledge and education, but also contribute significantly to economic and social development This appeal presents to Parliaments and Governments three action priorities for addressing the crisis and ten proposals for the sustainable management of museums and cultural heritage.

1. Global economic crisis is producing dramatic effects upon cultural activities and museums

In many European countries, economic crisis has generated a drastic decrease in public and private financial support for culture and museums. Blind automatic financial cuts do not distinguish between ephemeral initiatives and permanent institutions.

These drastic cuts are endangering the existence of many museums and their collections, and threatening the working conditions of professionals, particularly younger ones. Colleagues are losing their jobs and young professionals are underpaid, have only short-term precarious contracts or cannot find suitable employment. With great concern, we have already seen museums that had to reduce opening hours and activities, or even being forced to close because of lack of resources. Others are now losing their directors and technical teams. Policy makers need to recognise that museums are long-term, intergenerational institutions where research, conservation and dissemination of knowledge are closely entwined. None of these functions should be neglected.

In times of crisis culture, museums and heritage are often considered a luxury that society can little afford, whereas in reality they are assets of sustainable growth. It is our strong belief that at such critical moments we must change our traditional opinions not only about finance and economy, but also about society and ways of living.



2. Cultural activities and museums are unique resources for the development of economy and society

Culture and museums are important investments for a better society, not liabilities to be cut down in times of crisis. Our national and European identities rest on a common cultural heritage which is not a mere memory of the past, but a capital asset in understanding the present and planning the future.

Culture, heritage and museums in particular drive economic and social growth as well as innovation and community cohesion. Even in countries facing serious economic problems museums and heritage should be financed so that they can continue to contribute to social cohesion and development. Unfortunately, in some countries the percentage of Gross National Product invested in culture, museums and heritage is lower than in other countries of the Organisation for Economic Co-operation and Development (DECO). We believe that governments should modify this trend, and resources available for culture should be spent primarily on activities of permanent cultural institutions.

3. The economic crisis and the new role of museums

In the last few years museums in our countries have changed dramatically and many now have larger social and territorial responsibilities.

The preservation and safeguarding of tangible and intangible cultural heritage is considered the most relevant function of museums and should not be neglected. However, contemporary museums have wider goals. They offer public services and social activities, as well as culture and knowledge. They serve new audiences, use new languages and new media. Innovative museums foster public awareness, promote understanding of heritage and offer educational services. They strengthen cultural identities, support social cohesion and develop intercultural mediation -activities which are fundamental in times of crisis.

Museums produce public values and improve regional assets in a global world. They provide facilities and resources for local, regional and national communities. They generate not only knowledge and education, but also income and employment. Museums and monuments are among the most appealing factors for the tourism industry, a vital economic sector in all our countries. Investing in museums, their activities and their professionals is the best way to develop and improve the quality of cultural tourism.

4. Three priorities and ten objectives to face the crisis and promote the values of museums and heritage

First priority

Museums and cultural heritage are positive engines of development rather than sources of expenditure. This is especially true in times of crisis when long-term strategic issues have to stand up against short-term



proposals. National, regional and local governments should recognise this and act accordingly. There is no sustainable growth without cultural development. Territories need cultural infrastructure in addition to highways, high-speed railways, airports and telecommunication services. To promote regional growth and international exchanges, and to improve the quality of citizens' lives, we need cultural heritage, museums, libraries, archives, performing arts, theatres, concert halls and exhibition centres.

We are asking our governments to

- 1. Fulfil their public obligations toward heritage and museums and preserve our cultural legacy for future generations.
- Increase the percentage of Gross National Product assigned to cultural activities, museums and heritage, in particular when it is below the European average, in order to attain European standards.
- 3. Increase, or at least maintain (in countries where the level of investments is clearly above the European average), the resources for museums as permanent cultural institutions so that they can effectively fulfil their social roles and offer a greater number of activities to support their communities and local development.

Second priority

Governments and communities should protect and promote human resources of museums. Many museums are suffering from a severe reduction, or even the loss of scientific and technical expertise. Without scientific, administrative and management personnel, museums cannot contribute effectively to the life and growth of society and some are at serious risk.

We are asking our governments to

- 4. Support necessary generation turnover in the personnel of museums.
- 5. Preserve and promote museum professional competences, both in public and in private institutions, and ensure that museum positions are filled by qualified personnel.
- 6. Promote the training of museum personnel and ensure the achievement of high quality professional standards.
- 7. Implement programmes for the employment of competent young professionals in museums, including the introduction of fiscal benefits.

Third priority

Governments and communities should promote citizens' participation in museum activities on a voluntary basis and encourage synergy between public and private organisations and partnerships in order to guarantee the sustainable management of museums and heritage. Governments should encourage synergies between school programs and museums activities.



We are asking our governments to

- 8. Promote cooperation in museum and cultural activities among institutions, public and private bodies, professionals and volunteers.
- 9. Sustain cultural networks on a regional, national and European level.
- 10. Encourage donations and activities in favour of museums and cultural heritage by means of tax relief.

Lisbon, 6 April 2013

Wim de Vos, Chair of ICOM Belgium

Lidija Nikocevic, Chair of ICOM Croatia

Teti Hadjinicolaou, Chair of ICOM Greece

Alberto Garlandini, Chairof ICOM Italy

Luís Raposo, Chair of ICOM Portugal

Sofía Rodríguez Bernis, Chair of ICOM Spain

Hans-Martin Hinz, President of ICOM

Damodar Frlan, President of ICOM Europe



Appeal to the European Parliament and Commission, to the Parliaments and Governments of European Countries and to Regional and Local Governments

Further subscribers (in 6 May 2013),

Klaus Weschenfelder Chair of ICOM Germany

Joseph Schiró Chair of ICOM Malta

Leif Pareli Chair of ICOM Norway

Virgil Stefan Nitulescu Chair of ICOM Romania

Carol Scott
Chair of ICOM United Kingdom





Projetos de Loteamento do Hospital Miguel Bombarda, Hospital de S. José, Hospital dos Capuchos e Hospital de Santa Marta, Colina de Santana, Lisboa, Julho 2013

COMUNICADO

Na sequência da abertura da discussão pública relativa a quatro pedidos de informação prévia sobre a viabilidade da realização de quatro operações de loteamento abrangendo os hospitais da Colina de Sant'Ana – **Hospital Miguel Bombarda**, **Hospital de São José**, **Hospital dos Capuchos** e **Hospital de Santa Marta**, publicitada pela Câmara Municipal de Lisboa, as direcções nacionais do ICOM (Conselho Internacional dos Museus) e do ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios), no cumprimento das suas respectivas missões, consideram que:

Atendendo à dimensão e importância dos imóveis e da área abrangida, e ao facto de estarem em causa quatro projectos simultâneos, o prazo de doze dias (de 1 a 12 de Julho de 2013) é manifestamente insuficiente e dificulta a efectiva participação e a defesa dos interesses dos cidadãos e do relevantíssimo património cultural da cidade que aqui está em causa;

Estando em causa a transformação fundiária, alterações de uso, modificação e demolição de imóveis, afectando património classificado e, globalmente, a intervenção num conjunto patrimonial de excepcional relevância, referenciado na Carta Municipal do Património, considera-se imprescindível a elaboração de um plano de pormenor de salvaguarda;

A estratigrafia histórica, patrimonial e arquitectónica da Colina de Sant'Ana é complexa, correspondendo à sobreposição de duas histórias muito antigas: a) uma história ligada à saúde (Leprosaria de São Lázaro, séc. XIV, e o primeiro grande hospital português, o Hospital de Todos os Santos, 1492), e b) uma história de conventos. Estas duas histórias cruzam-se num primeiro momento em 1775, quando o que restava do edifício do Colégio de Santo Antão-o-Novo, depois do terramoto, é escolhido para albergar o Hospital Real de São José e, sobretudo, depois de 1834, quando os antigos conventos são escolhidos para o reordenamento dos hospitais oitocentistas;

As duas histórias são muito significativas para a cidade de Lisboa e para o país, não apenas pela memória e pelo passado, mas, sobretudo, pelo presente e pelo futuro. As suas múltiplas evidências materiais e imateriais devem ser respeitadas e preservadas para as gerações futuras, porque estamos a falar de uma cidade histórica de valor excepcional cuja qualidade cultural queremos e devemos conservar. Nos projetos propostos, esta estratigrafia histórica é amputada, limitando-se os projectos a isolar alguns elementos patrimoniais, destruindo a coerência e o sentido para a cidade deste importante conjunto patrimonial.





Analisados globalmente, os projetos agora sob discussão colocam em causa não só a estrutura conventual que a partir do século XVI marcou esta zona da cidade, como, e sobretudo, o legado da história da medicina e da saúde da Colina de Sant'Ana. É necessário lembrar que os conventos foram ao longo do tempo adaptados aos novos usos sem que as suas características fundamentais fossem, por isso, suprimidas. Assim, mantendo a memória conventual, foi possível que esta colina tivesse sido o berço do ensino da medicina em Portugal (Escola Médico-Cirúrgica, 1836), e fossem ali criados importantes institutos de investigação e ensino da medicina e saúde por onde passaram centenas de milhares de estudantes, médicos e doentes. Um desses institutos, o Instituto de Medicina Legal (1879) tem inclusivamente a sua demolição prevista.

A história da medicina na Colina de Sant´Ana está ela própria ligada a momentos fundamentais da história portuguesa, da importância de Miguel Bombarda no despontar da primeira República, ao papel da medicina e dos médicos no surgimento de uma maior igualdade e democracia, quando começaram a funcionar os primeiros hospitais públicos abertos a todos, até ao testemunho físico dos lugares onde ocorreram factos científicos relevantes que contribuiram decisivamente para a atribuição do primeiro prémio Nobel a um português, o médico Egas Moniz.

Acresce a repetição, agora muito agravada pela dimensão do que está em causa, de um erro urbanístico recorrente: o de se retirar emprego e serviços de zonas carenciadas, para oferecer ainda mais habitações de luxo em bairros onde abundam excepcionais edifícios habitacionais antigos e degradados à espera de reabilitação. O serviço eminentemente público destes lugares excepcionais e destas instituições torna-se agora pretexto para um processo de privatização das antigas cercas conventuais, que os hospitais, apesar de todas as suas transformações, ainda preservaram.

À exceção de um núcleo "cultural" no Pavilhão de Segurança, cujos contornos ainda estão por desenhar, fica a ideia que não passou um único doente ou médico pela Colina de Sant'Ana nos últimos 600 anos.

Assim, as Direcções do ICOM-Portugal e do ICOMOS-Portugal:

- Exprimem o seu veemente protesto pelo reduzido prazo de discussão pública dos referidos projetos (1 a 12 de Julho), tendo em conta a dimensão, importância patrimonial, arquitectónica, histórica e científica do conjunto, e ainda o impacto que terão na Colina de Sant'Ana e, em geral, na cidade de Lisboa;
- 2. Repudiam o apagar da memória da Colina de Sant'Ana, da sua história intimamente relacionada de conventos e hospitais sedimentada ao longo de muitos séculos, pois apesar da manutenção de alguns elementos dos antigos conventos, e respectivo património integrado (por imposição legal resultante de se tratar de imóveis classificados no todo ou em parte), é destruído o maior e mais importante conjunto de património integrado da medicina e saúde do





nosso país, ao mesmo tempo que se subverte a lógica urbana que agregou conjuntos conventuais e espaços hospitalares;

- Expressam a sua mais profunda preocupação pelo destino previsto para o património edificado, conventual, da medicina e saúde, bem como as suas vastas coleções de instrumentos científicos, ceras anatómicas e equipamento hospitalar histórico, arquivos e bibliotecas;
- 4. Apelam a um debate público alargado, envolvendo as diferentes tutelas, as universidades, a comunidade técnica e científica, e os cidadãos em geral, no sentido de encontrar novos usos adaptáveis às pré-existências e não o contrário; com outra escala mais adequada às circunstâncias actuais do país e ao excesso de construção nova e défice de verdadeira reabilitação que ainda existe. Onde se possa incluir também um plano científico e cultural integrado e multidisciplinar de preservação e musealização do património da medicina e saúde da Colina de Sant'Ana, tendo como unidade nuclear o antigo Colégio de Sto. Antão-o-Novo, no Hospital de S. José (que está previsto ficar a cargo da CML).

Em 2011, o ICOM-Portugal já se havia pronunciado sobre a importância deste património (*Preservação e Valorização do Património da Saúde na Colina de Sant'Ana*, ICOM-Portugal, Janeiro 2011) e o ICOMOS-Portugal dedicou o dia 23 de Setembro desse ano, nas *Jornadas Europeias do Património: Património e Paisagem Urbana*, à divulgação de outro tipo de propostas para a Salvaguarda da Colina de Sant'Ana co-organizando o *II Seminário Património Hospitalar de Lisboa, no Hospital de São José*. Nestes dois anos, o trabalho de inventariação, musealização e divulgação deste património, até então em larga medida desconhecido dos lisboetas, feito continuada e persistentemente por diversas equipas universitárias e outras, vem confirmar a sua importância e riqueza. A sua destruição constituiria um intolerável ato lesivo para Lisboa. Estamos confiantes que tal não acontecerá e que serão encontradas soluções que preservem a complexa e densa história desta Colina de Lisboa.

9 de Julho de 2013

Luís Raposo, Presidente do ICOM-Portugal

Ana Paula Amendoeira, Presidente do ICOMOS-Portugal



Em defesa do Museu do Cinema

Na sequência das alarmantes notícias que têm sido do conhecimento público e do alerta que a direcção da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema lançou sobre os problemas de funcionamento da instituição e de salvaguarda do património nela incorporado, a direcção da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM (Conselho Internacional de Museus), ICOM Portugal, considera que a situação é muito preocupante e requer medidas urgentes e eficazes por parte da respetiva tutela.

Tutelada pelo Secretário de Estado da Cultura, a Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, tem, enquanto organismo nacional, uma missão insubstituível, de salvaguarda e de divulgação do património cinematográfico em Portugal, sendo-lhe também reconhecido um papel de referência a nível mundial e, em particular, no âmbito europeu, em que foi decisiva a sua iniciativa para a criação de instituições dedicadas à preservação do respectivo património cinematográfico.

A direcção do ICOM-Portugal reclama junto do Governo de Portugal que sejam avaliados os factores legislativos e de administração pública que, principalmente a partir de Outubro de 2012, conduziram à situação de pré-ruptura denunciada pela directora da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema e que urgentemente sejam tomadas as medidas necessárias para que, enquanto museu nacional, lhe sejam garantidos os recursos mínimos de funcionamento e de cumprimento da sua missão.

Importa neste sentido ter especialmente em atenção questões relacionadas com os modelos gestionários e de financiamento praticados no conjunto dos museus e instituições afins sob tutela direta do Secretário de Estado da Cultura. Se em casos como o da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema se torna algo incompreensível a inexistência de financiamento regular incluído em sede de Orçamento do Estado, a verdade é que nos restantes museus nacionais o recurso exclusivo a esta fonte de financiamento, sempre reduzida e presentemente quase inexistente em tudo o que exceda pagamentos de pessoal, constitui um garrote insuperável e introduz diferenças de tratamento intoleráveis em relação a instituições subordinadas a modelos como o empresarial público ou o fundacional, de financiamento diversificado e procedimento administrativo mais ágil. Impõe-se, assim, o estudo e adoção de um modelo coerente e global de gestão e financiamento dos msueus nacionais, onde se conjugue sucessivamente: (a) financiamento pelo Orçamento de Estado; (b) incentivo à arrecadação e gestão de receitas próprias, garantido os níveis de responsabilização e autonomia correspondentes; (c) recurso a fontes de financiamento alternativas, como no caso vertente, através de verbas do mercado publicitário dos sectores envolvidos, ou, a exemplo, do que sucede noutros países europeus, através da afectação aos museus nacionais de pequena percentagem das verbas dos jogos de fortuna, subordinados a controlo público.

A Direção da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, em 29 de Agosto de 2013



Pela Preservação das Coleções e Património do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), Lisboa

COMUNICADO

Face às notícias vindas a público esta semana, a Comissão Nacional Portuguesa do ICOM expressa a sua mais profunda preocupação e consternação sobre o enorme corte orçamental previsto para o Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT) em 2014. A confirmar-se, este corte coloca direta e imediatamente em risco as coleções, arquivos e património do IICT ao nível da sua preservação, integridade e recursos humanos afectos.

Com origem na Comissão de Cartografia Portuguesa de 1883 e resultantes da investigação efectuada no âmbito das missões ultramarinas, em diferentes áreas disciplinares, nos séculos XIX e XX, as coleções do IICT incluem arquivos – sobretudo o Arquivo Histórico Ultramarino (c. 16 km de documentação e 730.000 fotografias) – coleções de referência biológicas, geológicas e de solos (520 mil espécimes), coleções arqueológicas e etnográficas (142 mil artefactos), coleções de mapas e cartas (210 mil exemplares), bem como bibliotecas e coleções de equipamento histórico-científico.

Além do seu incontestável valor científico, as coleções do IICT materializam de forma evidente a identidade e diversidade cultural das sociedades do espaço de influência lusófona, contribuindo para o conhecimento das relações entre a Europa, África, América do Sul e Ásia, do Atlântico ao Pacífico. Para além disso, constituem um instrumento de enorme valor económico e ambiental, fundamental para uma correta gestão de recursos naturais no quadro das políticas de cooperação e desenvolvimento. Em particular, as coleções biológicas do IICT são as maiores do mundo na representatividade da fauna e flora dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), documentando o ambiente terrestre, passado e presente, destas regiões, contendo informação primária sobre biodiversidade e permitindo a investigação sobre temas essenciais da contemporaneidade, como as alterações climáticas com impacto nos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável.

Realça-se ainda que a importante documentação histórica, os mapas, as fotografias, e as coleções etnográficas e arqueológicas recuperam e contextualizam assuntos basilares ao entendimento do passado, resgatando um património cultural comum a vários territórios e promovendo o conhecimento nos domínios da História da Ciência e da Técnica e da História Institucional Política, entre outras, ao mesmo tempo que contribuem, a par com as coleções de história natural, para o cumprimento dos *Objectivos do Milénio*, com reflexos diretos nas políticas interna e externa de Portugal.

O IICT, pelas suas coleções, pela investigação multidisciplinar que realiza e pela relevância do serviço prestado à cooperação para o desenvolvimento, é uma instituição única em Portugal. Apesar de várias mudanças institucionais e de tutela ocorridas ao longo da sua história, as coleções científicas do IICT nunca foram fragmentadas.

Para além disso, o IICT encontra-se instalado em vários palácios que constituem património cultural classificado, nomeadamente:



- o Palácio dos Condes da Calheta, que integra, juntamente com o Jardim Botânico Tropical e desde 2007, o conjunto intramuros que classifica o Palácio de Belém como Monumento Nacional;
- o Palácio da Ega (Arquivo Histórico Ultramarino), cuja Sala Pompeia (séc. XVIII) está classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1950;
- o Palácio Burnay e seus jardins, classificados como Imóvel de Interesse Público desde 1982.

A Comissão Nacional Portuguesa do ICOM compreende a difícil conjuntura que o país atravessa mas apela ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, instituição de tutela direta, bem como ao Ministério da Educação e Ciência e ao Secretário de Estado da Cultura, que tenham em conta a importância científica, económica e cultural do património e acervos do IICT e que considerem a sua preservação para as gerações futuras uma absoluta necessidade.

Nos últimos anos, este património e acervos ficaram finalmente acessíveis e constituem recursos inestimáveis da infraestrutura científica portuguesa. É imprescindível que permaneçam acessíveis, na íntegra, a toda a comunidade científica nacional e internacional, bem como ao público em geral. A Comissão Nacional Portuguesa do ICOM repudia veementemente cortes orçamentais ou situações de contingência que ponham as coleções e o património do IICT em risco de dano irreversível ou conduzam, em última análise, à sua dispersão ou abandono.

A Comissão Nacional Portuguesa do ICOM acredita também que é possível, entre todos os envolvidos, encontrar soluções sustentáveis que não só preservem, mas também valorizem e tornem ainda mais relevante para a produção do conhecimento e promoção da cultura científica o importante património, as coleções e os arquivos do IICT.

14 de Novembro de 2013

A Direcção da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM

Museus e fotografia: despachos e realidades

Debate Patrimônio Maria Vlachou

questão da prática da fotografia nos museus tem sido amplamente discutida nos últimos tempos em França, devido à proibição total implementada pelo Musée d'Orsay. Esta decisão levou à criação de um movimento cívico. chamado Orsay Commons, que procura afirmar a oposição dos cidadãos perante a posição de um museu público que impede o acesso à colecção. Por outro lado, o Ministério da Cultura francês promoveu um debate alargado, que resultou na publicação do livro Visiteurs Photographes au Musée, o qual aborda questões jurídicas, considera os actuais hábitos e práticas na experiência de visitar um museu e reflecte sobre o uso da fotografia como instrumentode políticas de relacionamento com os públicos.

A Internet e as redes sociais têm vindo a alterar profundamente a forma como os museus se relacionam com as pessoas. Recentemente. o Rijksmuseum, consciente da cada vez maior dificuldade em controlar a circulação e uso de imagens na Internet, decidiu tomar a situação nas suas mãos. Em vez de se agarrar a práticas, exigências e controlos de uma era que passon definitivamente, considerou de maior importância adaptar-se à nova realidade e procurar garantir a qualidade das imagens em circulação. Assim, o museu disponibiliza actualmente 125.000 imagens de alta resolução de obras da sua coleçção no Rijksstudio. Trata-se de uma secção interactiva no seu website que permite a qualquer pessoa descarregar estas imagens de grande qualidade para os fins que entender. O objectivo do museu é adicionar todos os anos 40 mil novas imagens até disponibilizar online a colecção inteira, considerando que esta é também uma forma de relacionamento com as pessoas. O museu pede aos utilizadores para se absterem do uso comercial das imagens, disponibilizando para compra fotografias com uma resolução ainda melhor. Outros museus, como a National Gallery e a Smithsonian Institution, seguem o mesmo caminho.

A posição assumida pelo Rijksmuseum vai ao encontro das preocupações do Parlamento Europeu. e do Conselho da UE, que, na sua Proposta de Directiva para a Reutilização de Informações do Sector Público (ISP), faz referência concreta a bibliotecas, arquivos e museus. Considerando que as ISP "constituem uma importante matéria-prima para produtos e servicos de conteúdos digitais", cuja reutilização "contribuirá para o poder de intervenção dos cidadãos", a Comissão Europeia procura "dotar o mercado de um enquadramento jurídico ideal para facilitar e estimular a reutilização comercial e não comercial dos dados públicos de livre acesso". No caso concreto dos museus, isto significa acesso livre e sem custos (a não ser eventuais custos marginais de reprodução ou difusão) aos arquivos de imagem. A proposta de Directiva refere-se ainda ao fornecimento obrigatório dos dados "em formatos legíveis por máquina correntemente utilizados, para garantir que possam ser eficazmente reutilizados".

Não há dúvida que estamos perante uma nova





Qual a visão oue se tem para os museus partugueses noseculo XXI? Emnue patamare que a tutela os quer posicionar? 9o0 relacões se guere m cnar com os núblicos eatenue ponto foram consideratios actuais habitose praticas? De que forma este despacho serve os museus e os cidadãos?



realidade, em constante desenvolvimento, à qual é preciso os museus adaptarem-se. Neste contexto de intenso debate, a nivel internacional, sobre a prática da fotografia pelos visitantes e o acesso aos arquivos fotográficos dos museus, foi publicado o Despacho nº 6891/2013, de 28 de Maio, relativo ao Regulamento de Utilização de Imagens de Museus, Monumentos, e outros Imóveis afectos à Direcção-Geral do Património Cultural. Lemos no des pacho que "o presente regulamento aplica-se a toda e qualquer utilização de imagens relativas aos edificios e acervos dos museus, monumentos e outros iméveis afectos à DGPC, independentemente dos respectivos objecto, suporte e correspondentes formatos, finalidades e contextos de utilização." (l.f.); que "os pedidos de cedência de imagens, captação de imagens e de filmagens devem ser formulados com uma antecedência não inferior a 15 dias." (2.1), o que inclui "os pedidos de captação de imagens (fotografias e/ou filmagem) para fins estritos de divulgação, sem fins comerciais..." (2.1.2); somos ainda informados ("avisados", diria) que "qualquer utilização de imagens diversa da prevista no presente regulamento configura desrespeito pela legislação de enquadramento, designadamente o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sendo passível de acção civel por parte da DGPC" (3.7).

Uma das primeiras dúvidas que se levanta é o que é que se entende por "divulgação" neste despacho. Os visitantes dos museus nacionais portugueses têm liberdade de fotografar, desde que não usem flash, tripé, etc. Estes visitantes podem ser pessoas que procuram registar momentos de uma experiência pessoal que depois vão querer partilhar com familiares e amigos (no Facebook, no Instagram, no Flickr, em blogs). Podem também ser profissionais de várias áreas que utilizarão as fotografias nessas mesmas redes sociais para ilustrar artigos, notícias sobre actividades e iniciativas, críticas e comentários. Não será isto "divulgação"? E estarão essas pessoas (estaremos todos nós) a prejudicar o Estado, e o cumprimento da missão da Direcção Geral do Património Cultural em particular, ao fazerem o que estão a fazer, usando as suas próprias imagens ou outras amplamente disponíveis na Internet (por exemplo, no Google Art Project, onde já se encontram dois museus nacionais portugueses, ou no Wikimedia Commons)? Estarão a cometer um acto ilícito de divulgação à luz deste despacho; e, ao promoverem "ideias, princípios, iniciativas ou instituições", um acto ilícito de publicidade (14.1, nota I)?

Uma divida maior ainda do que estas impõe-se: de que forma o actual debate a nível internacional e desenvolvimentos como os descritos no início deste texto foram tomados em consideração na redacção do despacho assinado pelo secretário de Estado da Cultura no passado dia 28 de Maio? Qual a visão que se tem para os museus portugueses no século XXI? Em que patamar é que a tutela os quer posicionar? Que relações se querem criar com os públicos e até que ponto foram considerados actuais hábitos e práticas na experiência de visitar um museu, literal e virtualmente? De que forma este despacho serve os museus e os cidadãos? Ficamos com a sensação que a tutela está incompreensivelmente e indesculpayelmente afastada da realidade.

Autora do blog Musing on Culture; museóloga; membro dos corpos gerentes do ICOM Portugal



PAINEL-DEBATE



CLARA CAMACHO. O plano internacional: "estado da arte" | JOSÉ PEDRO SOUSA DIAS. O plano universitário | JOSÉ GAMEIRO. O plano local | FRANCISCO CLODE. O plano regional | ISABEL CORDEIRO. O plano nacional | AGOSTINHO RIBEIRO. O plano profissional e cidadão | ANA-PAULA AMENDOEIRA. O plano associativo

Sábado | 16 de Março de 2013 | 17h00

MUSEU NACIONAL DE HISTÓRIA NATURAL E DA CIÊNCIA

Auditório Manuel Valadares | Rua da Escola Politécnica, 56 | Lisboa





ICOM Portugal ICOM Europe

CONFERENCE

PUBLIC POLICIES TOWARD MUSEUMS IN TIMES OF CRISIS 5 and 6 APRIL 2013

Conferences
Panels
Free presentations

Full programme and registration form in:

www.icom-portugal.org

Contacts:

info@icom-portugal.org

Invited speakers

Alberto Garlandini (Chair of ICOM Italy) | Anne Krebs (Head of Studies and Research Department. The Louvre Museum. Chair of the ENCATC policy grouping Museums in Europe) | Lluís Bonet (Professor, University of Barcelona, expert on cultural policies) | Clara Camacho (former Deputy Director of the Portuguese Institute of Museums) | Damodar Frlan (Chair of ICOM Europe) | Graça Filipe (Board of ICOM Portugal) | José Soares Neves (Researcher of Portuguese Observatory of Cultural Activities) | Luís Raposo (Chair of ICOM Portugal) | Hans-Martin Hinz (President of ICOM and former Chair of ICOM Europe) | Paul Doyle (Chair of the Irish Museums Association) | Peter Aronsson (Coordinator of EUNAMUS-European National Museums) | Sofia Rodríguez (Chair of ICOM Spain) | Teti Hadjinicolaou (Chair of ICOM Greece)

Museu Nacional de Etnologia, Lisbon, Portugal





Conferência

MUSEUS, EDUCAÇÃO E OS SEUS PROFISSIONAIS

22 DE JUNHO DE 2013

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA Salão Nobre

Organização













Apoio







ENCONTROS DE OUTONO

Sistemas de Informação em Museus: Estado da Arte em Portugal

Apoio exclusivo



Organização ICOM-Portugal

BAD- Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus

11 de Novembro de 2013

Museu da Electricidade, Lisboa

Oradores confirmados

Nicholas Croft, ICOM-CIDOC, Patrick Le Boeuf, IFLA/BN de França; José Carios Alvarez e Sofia Patrão, M. Nacional do Teatro, DGPC, Alexandre Notire Pais e Silvia Santa-Rita, M. Nacional do Azulejo, DGPC, Marta C. Lourenço, M. Nacional de Históna Natural e da Ciência, Universidade de Lisboa, Estima Mendes e Ivone Maio, Centro de Documentação, M. da Eletinidade: Fernanda Ferneira, Ecomuseu Municipal do Seixal, C.M. do Seixal; Helena Correia, M. de Lanificios da Universidade da Beira Interior, Isabel Cordeiro, DGPC, Silvestre Lacerda, Torre do Tombo, Graça Filipe, ICOM-Portugal/FCSH-UNL. Pedro Casaleiro, M. da Ciência da Universidade de Coimbra/Spectrum PT, Conceição Seródio, BAD/GT-SIM.

Outros intervenientes

Luis Raposo, ICOM-PT, Maria Paula Santos, BAD, Maria José Moura, BAD

Inscrições

Programa

www.bad.pt

Informações

www.icom-portugal.org

info@icom-portugal.org

http://www.bad.pt/new/index.php?option=com_rsform&formId=43





XI^{as} JORNADAS ICOM

PLANEAR E PROGRAMAR MUSEUS:

criar conexões, envolver a sociedade, construir uma visão cultural para o desenvolvimento

Conferência introdutória

GAIL LORD Co-Presidente, Lord Cultural Resources, Toronto (Canadá)

Painel-debate com

Álvaro Garrido Programador do Museu Marítimo de Ílhavo

Suzanne Cotter Directora do Museu de Serralves

João Castel-Branco Director do Museu Calouste Gulbenkian

Graça Filipe (moderação) ICOM-Portugal/IHC-FCSH-Universidade Nova de Lisboa

Segunda - feira | 31 de Março de 2014 | 14h00

Sala 1

Fundação Calouste Gulbenkian

Avenida de Berna, 45 Lisboa





As pessoas mudam, os governos mudam. Os museus, esses, mantêm-se

Dezenas de profissionais dos museus de todo o mundo debatem em Lisboa os efeitos que a crise tem. Hoje apresentam a Declaração de Lisboa, um apelo aos governos para não haver mais cortes no sector

Conferência

Cláudia Carvalho

Se os museus e o património cultural têm perdido visitas, de quem é a culpa? A resposta mais rápida e simples já todos sabemos qual é: da crise. Mas por trás dos números estão várias explicações. O sector enfrenta cada vez mais e novos desafios e é por isso urgente percebê-los. O Estado não se pode retirar das suas obrigações mas nem a sociedade civil nem os profissionais do sector podem ser desresponsabilizados. Para que esta equação funcione em pleno é preciso criar condições. É pelo menos isso que o ICOM (Conselho Internacional dos Museus) defende no apelo lançado hoje, em Lisboa, alertando a comunidade internacional para a importância que o sector tem no desenvolvimento de qualquer país.

"Só pedimos que se leve em conta a cultura. Os museus e o património cultural são essenciais para a nossa sociedade, já não são apenas espacos onde os bens culturais são expostos e preservados, como são centros promocionais com diversas actividades que têm impacto na comunidade local e que são importantes também para a economia", diz ao PÚBLICO Alberto Garlandini, presidente do ICOM Itália e director-geral da Cultura da Lombardia, exemplificando que se estes espaços não existissem. o turismo seria obviamente menor. "O que é preciso é que exista uma mudança de mentalidades porque a crise assim o exige", continua o responsável italiano, para quem os políticos têm de ser cada vez mais coraiosos.

"Eu sei que os políticos têm grandes responsabilidades em tempo de crise e são obrigados a dar respostas negativas aos vários pedidos de anoio, no entanto é nestas alturas que também têm de saber dizer sim", diz Garlandini, explicando que é preciso estabelecer prioridades e fazer escolhas. "Têm de saber distinguir entre dinheiro para iniciativas efémeras que não contribuem em grande escala para a comunidade e iniciativas que são um investimento para o futuro", acrescenta, admitindo aqui a importância de todos os profissionais do sector. "Temos de nos saber fazer ouvir. Exigimos grandes decisões dos políticos mas nós também temos de saber tomar decisões. Temos de ser mais abertoe à necessidade das comunidades e juntos descobrir novas formas de sobreviver à crise.'

Foi por isso que o ICOM, uma organização não-governamental integrada na Unesco, representando os museus e profissionais de museus em todo o mundo, aproveitou a conferência internacional Políticas Públicas para os Museus em Tempos de Crise, que hoje termina no Museu Nacional de Etnologia, para não apenas questionar o estado do sector ou criticar os "cortes cegos" que têm sido aplicados em muitos casos, como também sugerir medidas alternativas para ultrapassar a crise.

No documento, Support Culture and Museums to Face the Global Crisis and Build the Future, que vão fazer chegar ao Parlamento Europeu e à Comissão Europeia, assim como a todos os governos e parlamentos nacionais, o ICOM pede para que, ao contrário do que tem acontecido. não se apliquem mais cortes nos museus. Pelo contrário, a organização, composta por 137 países, sugere que se aumentem os recursos financeiros e humanos e que se criem condicões, através de beneficios fiscais, para que a iniciativa privada possa crescer.

"Em tempos de crise, os museus e o património cultural são vistos muitas vezes como um luxo que a sociedade não pode pagar, mas, na realidade, são activos para o desenvolvimento sustentado de um país", defendem no documento os responsáveis do ICOM sublinhando que "mesmo nos países que enfrentam sérios problemas económicos, os museus e o património devem ser financiados para que possam contribuir para a coesão e o desenvolvimento social", "Não geram apenas conhecimento e educação, mas também receitas e emprego". continua o apelo, que garante que este investimento é a melhor forma de "melhorar a qualidade do turismo cultural"

Para o secretário de Estado da Cultura, Jorge Barreto Xavier, que inaugurou ontem a conferência, os governos estão cientes desta importância, defendendo ele mesmo que é preciso trabalhar no sentido de se criarem condições para que o sector privado ou qualquer cidadão se sinta com vontade de apoiar financeiramente os museus e o património, "Os períodos de crise são, para o bem e para o mal, épocas de desafios e mudanças", disse Barreto Xavier, que defende que os museus têm de trabalhar cada vez mais em rede, apostando nas comunidades a

que pertencem, destacando o trabalho da Rede Portuguesa de Museus. que considerou ser uma plataforma de apoio técnico e profissional às instituições. E garantiu: "Não é preciso pânico". "O público, as actividades e os servicos oferecidos pelos museus têm crescido em todo o mundo."

Também por isso, Garlandini acredita que os museus daqui a 20 anos vão ser ainda melhores. "Há 40 anos não tinhamos tantos. Tão bonitos e com actividades fantásticas, Claro que a crise existe e vai continuar mas também acabará, depende das escolhas que fizermos agora", defende, para quem "não se pode esperar no museu que as pessoas venham, é preciso sair e ir ter com elas", "A verdade é que os museus fazem parte da nossa história. As pessoas mudam, os governos mudam, os profissionais mudam, mas os museus mantêm-se



Os profissionais encontraram-se no Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa

ENTREVISTA: PETER ARONSSON

Presidente do projeto Europeu de Museus Nacionais (Eunamus)



Peter Aronsson diz que os melhores exemplos de museus estão na Suécia

Museus Especialistas internacionais, de países como Portugal, Grécia, Irlanda, reunidos na sexta-feira e ontem em Lisboa debateram estratégias para os museus em tempos de crise. Lançaram a Declaração de Lisboa, na qual se pede fim aos cortes nesta área, um ponto de partida para desenvolver e melhorar os museus, no entender de Peter Aronsson, do Eunamus

"Os investimentos nos museus não podem ser abandonados"

Que desafios enfrentam atualmente os museus?

Penso que o maior desafio que os museus enfrentam atualmente é o de conseguirem expressar o seu valor, porque tradicionalmente têm contando histórias simples. Agora são desafiados e precisam de conseguir contar histórias relevantes sobre a crise contemporânea e lidar com todas estas ques-

De modo a se adaptarem a estas mudanças, que estratégias devem os museus adotar?

Os museus não devem ter medo. Devem ser capazes de tratar questões problemáticas presentes nasociedade contemporânea e na história recente. Os países do Mediterrâneo têm de lidar com todas as suas heranças, como o colonialismo e os fascismos. Não podem apenas contar histórias felizes, quando sabemos que vivemos num tempo que não é particularmente feliz. Precisam de lidar com isso de uma forma positiva. Os demónios de uma nação são mais perigosos se não falarmos

Quem deve desempenhar um papel importante em relação aos museus-investidores privados, por exemplo, bancos?

Em vários países é possível ver que quando existe um poder governamental forte sobre um museu, os patrocinadores têm na verdade mais liberdade e podem acrescentar-lhe novas dimensões. Isso contribui para uma maior diversidade de perspetivas, o que é positivo, abre espaço para a ação. Os investimentos nos museus devem ser vistos como investimentos a longo prazo na constituição cultural de um país e não podem ser abandonados.

No contexto europeu, existe algum museu que considere um exemplo para os outros?

Na verdade, dois dos museus mais interessantes são na Suécia. E não sou só eu que o digo, investigadores ingleses também repararam nisso. Curiosamente, esses museus são marcadamente antinacionais. São museus que dizem isto não é sobre a Suécia, é sobre ti, tu és um indivíduo." Somos convidados como indivíduos, como seres existenciais. É diferente.

Neste contexto, qual a importância de projetos como o

Eunamus?

Como projeto de investigação, o aspeto mais importante do Eunamus é o facto de, ao investigar tantos países, leva o conhecimento além de um contexto nacional e permite observar padrões. Assim, é possível através de um grande projeto comparativo deste tipo melhorar esses museus. Estas múltiplas abordagens podem ser inspiradoras para esses museus. Que museu mais gostou de visi-

tar em Portugal?

O que acho mais importante - e isso pode ser discutível-é o Museu da Marinha, pois essa costumava ser a grande narrativa portuguesa, a contribuição portuguesa para o mundo... R.C.

Um apelo contra cortes

CONFERÊNCIA A Declaração de Lisboa, assinada ontem na conferência internacional "Políticas públicas para os museus em tempos de crise", é constituída por quatro pontos que chamam a atenção para as consequências dos cortes nos museus e atividades culturais. No último ponto, são apresentadas três prioridades e dez objetivos que incluem a preservação do legado cultural para as gerações futuras, a promoção dos recursos humanos nos museus e da participação de todos nas atividades museológicas. Segundo disse ao DN Luís Raposo, presidente do Conselho Internacional dos Museus (ICOM) - Portugal, este documento surge num momento em que é "importante chamar a atenção dos governos europeus e das organizações europeias para a importância do papel dos museus nas sociedades". A Declaração de Lisboa será enviada, dentro de um mês, ao Parlamento Europeu, à Comissão Europeia, aos governos locais, regionais e nacionais dos países da UE.

Os museus portugueses, entre a festa e a desventura

Debate Dia Internacional dos Museus Luis Raposo

m recente conferência internacional sobre Políticas Públicas para Museus em Tempos de Crise, foi aprovada uma "declaração de Lisboa". subscrita por seis presidentes de comissões nacionais europeias do Icom (Conselho Internacional dos Museus), e ainda pelos presidentes do Icom Europa e do Icom Mundial. Depois de assinada pelos restantes presidentes de comissões nacionais europeias, será formalmente entregue aos presidentes da Comissão e do Parlamento Europeu, assim como aos governos e parlamentos nacionais.

Dirigida aos poderes e decisores políticos, e acessoriamente aos cidadãos em geral, a Declaração de Lisboa (disponível em www. icom-portugal.org) constitui um apelo baseado na consigna que constituirá o mote de reflexão do próximo Dia Internacional dos Museus (18 de Maio): museus (memória + criatividade) = mudança social. Os efeitos da presente crise europeia nos museus, por enquanto especialmente visíveis em países do Sul, mas em processo de irradiação global, são ali postos em evidência. Dizse que os cortes drásticos que afectam orcamentos públicos, e mesmo privados, estão a "colocar em risco a existência de muitos museus e suas colecções"; numerosos profissionais, especialmente os mais jovens, começam a perder os seus empregos ou a ver reduzidos os seus salários para níveis inimagináveis; em certos casos extremos, chegou-se ao ponto de em alguns países os museus "estarem agora a perder os seus directores e as suas equipas técnicas".

Este diagnóstico aplica se por inteiro ao caso portugués. Após duas décadas de "revolução silenciosa" (talvez demasiado silenciosa...), durante as quais se deu corpo a um edificio jurídico e organizacional (com especial relevo, neste caso, para a Rede Portuguesa de Museus, entendida como plataforma cooperativa interpares e não como mera repartição desqualificada de organismo do Governo) que se diria sedimentado, assistimos nos últimos anos e continuamos a assistir a recuos de tantas décadas que nalguns casos remontam



Grande parte da actual desdita dos museus portugueses resulta da ignorância ou da intencional perfidia



que nem seguer
havia museus, ou
seja, retrocedem
até aos tempos
da Monarquia
Absoluta.
Falamos
sobretudo de

ao tempo em

recuos conceptuais, muito mais do que financeiros. A crise tem as costas demasiado largas. Mas a verdade é que grande parte da actual desdita dos museus portugueses resulta da ignorância ou da intencional perfidia com que foram tratados nos últimos anos. A existência de museus dotados

de autonomia de projecto, com equipas técnicas e direcções capazes de "dara cara" perante os seus respectivos públicos, constituiu um desaño à mediocridade de alguns "sir humphreys" da administração pública, que facilmente meteram no bolso os sucessivos governantes de turno, porque em todos encontram redes de cumplicidades subterrâneas. E dafá instauração de modelos tão centralistas que fariam corar de vergonha os teóricos do Estado Novo foi um pequeno passo, favorecido por mera retórica de poupança. A (re)construída Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) e as direcções

regionais de Cultura, concebidas durante o Governo do PS e concretizadas durante o Governo do PSD CDS, constituíram se, de facto, no "regresso ao passado" que temíamos (cf. o nosso texto no PÚBLICO de 2 de Setembro de 2011 - "A nova DGPC: recuo ou avanço ?"), dando origem a orgânica opressiva e ineficiente, mesmo no plano financeiro. Incapaz de potenciar a contribuição significativa da chamada "sociedade civil", que obviamente requer a proximidade e a empatia que apenas se geram em torno de cada museu, tratase de uma estrutura que produz custos orgânicos fixos insustentáveis, como sejam os logísticos, de toda a ordem, e os salariais. Neste particular, verifica-se que a pretexto de poupanças, mas em total desrespeito das normas nacionais e internacionais que definem os museus, se chegou ao ponto de extinguir direccões de museus, trocando as poucas centenas de euros das respectivas comissões de serviço pelos largos milhares despendidos numa rede de comissariados, sucedânea dos governos civis, ditos directores regionais (que de regionais so têm o nome, uma vez que se não passam de emanações do poder central), equiparados a directores gerais, que pouco levaria a criar e, na prática, nada agora justifica manter.

Dir-se-à que tudo isto se passa somente nas cerca de três dezenas de serviços tutelados (até a palayra "museu" foi ali banida em certo momento) pelo secretário de Estado da Cultura (e não Secretária das Estado, que não existe, tendo a Cultura passado de ministério para... coisa nenhuma). Puro engano. Os efeitos desta regressão central começam a fazer-se sentir, de forma catastrófica, no plano nacional.

Se os museus do Estado central deixaram de ter qualquer grau de autonomia, se deixaram de ter mapas de pessoal e orçamentos próprios, se deixaram até de possuir número de contribuinte, sendolhes vedado qualquer relacionamento directo com potenciais patrocinadores, ou a adjudicação expedita de quaisquer serviços, se uma misera lâmpada a mudar em museus no Porto ou em Coimbra tem de ser adquirida em Lisboa, e se for em Guimarães ou em Lamego tem de ser em Vila Real, se for na Guarda ou na Nazarê tem de ser em Coimbra (e o mesmo se passava até pouco tempo atrás com as reclamações feitas nos "livros amarelos", que circulavam pelo Ppaís antes de serem respondidas), se em casos limite um mesmo director pode fazer o biscate de estar à frente de museus situados a cerca de 100km um do outro (caso de Castelo Branco e Guarda), se tudo isto e mais que fica por dizer acontece... então porque continuar a exigir das autarquias, no âmbito dos processos de credenciação de museus, que tenham lugares próprios para os museus nas suas orgânicas, mantenham directores tecnicamente habilitados, etc.? Por nada, de facto, senão em obediência a uma lei quadro de museus portugueses, lei de direito paraconstitucional, aprovada por unanimidade na Assembleia da República, que assim o obriga...

Compreende-se, pois, que neste Dia Internacional dos Museus nos venham à cabeça sobretudo as desventuras por que passam os museus portugueses. Mas "ser museu" é a cima de tudo ser "corredor de fundo", encarando cada presente com a resiliência e o optimismo crítico de quem sabe que "atrás dos tempos tempos virão". Por isso, enquanto profissionais dos museus portugueses festejamos cada 18 de Maio, fazemos das fraquezas forças, promovemos inúmeras actividades, de norte a sul, em centenas de museus, e convidamos os nossos visitantes a estarem connosco. Afinal, o futuro dos museus está nas mãos das comunidades que neles se revejam e considerem que na criatividade das suas memórias está parte da sua felicidade, do seu progresso social.

Presidente da Comissão Nacional Portuguesa do Icom (Conselho Internacional dos Museus). Representante da Rede Portuguesa de Museus no Conselho Nacional de Cultura

Acessos a museus e monumentos: o caos instituído

Debate Património cultural Luis Raposo

m recente texto de opinião neste jornal (1.6.2013), Agostinho

Ribeiro, um respeitado museólogo com décadas de experiência no sector, qualificava a situação vivida presentemente nos museus do Estado (leiase sob tutela do secretário de Estado da Cultura, SEC) como calamitosa. Já antes nós próprios denunciáramos o que considerávamos ser a "desventura" dos museus portugueses (PÚBLICO de 17.5.2013). Parecia-nos que estava tudo dito e não tínhamos intenção de regressar tão depressa ao tema - tanto mais que a audição parlamentar entretanto agendada poderia constituir a oportunidade para aprofundar os diagnósticos expostos publicamente, dotando os legítimos representantes do povo dos instrumentos que lhes permitam intervir quando entendam oportuno.

Acontece que a realidade não pára de nos surpreender. Acabam se ser publicados no Diário da Republica (3 e 4.5.2013) os despachos que estabelecem novos "critérios de acesso público" aos "serviços dependentes/museus" da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e das quatro Direções Regionais de Cultura (DRC). Diz-se nos preâmbulos que têm eles por objectivo "uniformizar e atualizar" critérios, tendo em conta "o princípio fundamental do acesso universal à Cultura". Mas a leitura dos articulados desmente chocantemente estes propósitos, causando desconsolo, pela verificação dos níveis de degradação a que pôde chegar a máquina da administração pública.

Convém esclarecer que não nos referimos a minudências, como sejam a confrangedora organização em pontos, alíneas e notas, onde reina a indisciplina e em certos casos o absurdo, ou os casos de assimilação entre si de organizações diversas ("APOM/ICOM"). O que, sim, nos choca é a completa falta de critérios, a anarquia instituída, as disparidades totalmente incompreensíveis e a ligeireza com que cada dirigente se sente no direito de gerir o seu torrão como lhe apraz e até de assumir medidas de profunda repercussão política, sem qualquer tipo de auscultação social prévia de comunidades profissionais, agentes sociais, poder autárquico e até do organismo de consulta existente para o efeito, a competente secção do Conselho Nacional de Cultura.

Quanto a disparidades, encontramos de tudo: em certas regiões do país os deficientes podem aceder aos museus gratuitamente, noutras com descontos de 50%, noutras ainda sem qualquer redução de preços; nuns casos prevê-se o incentivo à visita a vários



Oue mais será preciso para que se perceba como tem sido devastadora a experiência das DRC na gestão de museus?



museus, com 50% de desconto no segundo visitado. noutros não; aqui os bilhetes de circuitos são válidos para 8 dias, ali para 7 e acolá apenas para 2 dias; os acompanhantes de grupos tanto podem pagar como ficar isentos; os membros dos grupos de amigos nem sempre têm gratuitidade nos respectivos museus, mas têmna os membros de todas as associações culturais noutros casos, etc., etc. Em geral, constata-se que é uma sorte viver ou ser visitante

no Algarve, onde de toda a evidência houve maior cuidado e saber na elaboração destes normativos. Só aí é gratuito o acesso de residentes nos concelhos de cada monumento, grupos de IPSS e demais instituições de interesse público, membros de mecenas institucionais e até sócios das Associações dos Amigos dos Monumentos e dos Castelos.

Aos professores concede-se entrada gratuita quando em visitas de estudo marcadas previamente; mas terão de pagar se quiserem ir antecipadamente preparar a dita visita. O mesmo acontece a estudantes que queiram livremente visitar museus, mesmo que para realizarem trabalhos escolares. Se pretenderem visitas educativas ou académicas guiadas, então, muito cuidado: nuns locais são gratuitas, noutros valem 1 euro por pessoa e noutros ainda regem-se pelos preços gerais dos bilhetes, sobretaxados em 50%.

Os preçários instituídos reforçam esta impressão de desnorte. Em vez de procurar encontrar padrões, três ou quatro escalões de referência, preferiu-se como que esgotar toda a sequência numérica, da unidade à ordem

das dezenas. Em certos casos procedeu-se a alterações incompreensíveis: o preço de entrada em Santa Clara-a-Velha é reduzido (talvez porque tem visitantes a mais); no entretanto, os bilhetes para o Museu Nacional Machado de Castro foram aumentados (talvez porque tem visitantes a menos).

Tudo o que fica dito dá conta de diferenças que nada justifica, sendo ofensivas de direitos constitucionais de igualdade perante o Estado, e torna-se incompreensível como podem ter sido estabelecidas, senão pela descoordenação, ou até verdadeiro caos, em que se encontra a área dos museus e do património cultural. Mas ainda mais grave talvez do que as discrepâncias são alguns dos pontos em que parece ter havido articulação de vontades. Sobreleva o do arrojo da redução das gratuitidades universais a somente a manhã do primeiro domingo de cada mês, quando antes elas abarcavam todas as manhãs de domingo e antes ainda tinham sido os domingos inteiros.

Estamos aqui perante uma medida de impacte profundo, com iniludível dimensão política e que ainda há cerca de um ano foi recusada pelo anterior SEC, depois de acesa polémica que suscitou na praca pública, como antes o fora por sucessivos ministros da Cultura. Será que esta medida, contrária ao propósito farisaicamente expresso nas considerações preambulares dos citados despachos, teve a anuência expressa do actual SEC? Se sim, será que se entende agora ser aqui também possível a política do vale tudo ou do "ai aguenta, aguenta"?

E já agora permitam-se duas perguntas finais: depois deste retalhar do país em coutadas, que mais será preciso para que se perceba como tem sido devastadora a experiência das DRC na gestão de museus? Estará o actual SEC, e o Governo que integra, de tal modo atado ao nó cego que recebeu do Governo anterior, que apenas nos resta pedir mais um milagre de Fátima, esperando que na mais do que certa futura alternância de poderes se não refaçam e perpetuem as mesmas redes cúmplices e subterrâneas que têm dirigido este sector da Cultura?

Presidente do ICOM Portugal



ECOLOGIA

VIRIATO SOROMENHO MARQUES

Asfixiar a terra é roubar o futuro

ue relação pode existir entre o mais recente relatório da Agência Europeia do Ambiente (EEA) e o último romance de Miguel Sousa Tavares (Madrugada Suja), ou o polémico ensaio de Paulo de Morais (Da Corrupção à Crise. Que fazer?)? Que ligações se podem estabelecer entre as análises da mudança de uso do solo na Europa, entre 2000 e 2006, apoiadas por minuciosa observação satélite, e a trama de um romance, ou o argumentário de um ensaio? As três peças ajudam a compor o puzzle da decadência nacional. Ajudam a mostrar como é que as lideranças políticas e económicas, os partidos políticos, os sucessivos governos, a legislação elaborada pela Assembleia da República, alguns grupos económicos, grandes escritórios de advogados, muitos banqueiros, e quase todos os reguladores, ajudaram o país a transformar a integração europeia no inferno em que nos afundamos cada vez mais.

Quando se pergunta: para onde foi todo o dinheiro proveniente da União Europeia? Ou, mais rigorosamente ainda, quando se pergunta: para onde foi todo o dinheiro que transformou Portugal num devedor esmagado pelo peso da sua tripla dívida (do Estado, das famílias, das empresas), a resposta está contida nos três textos produzidos, respetivamente, pela EEA, Miguel Sousa Tavares e Paulo de Morais. Uma malha de irresponsabilidade organizada apoderou-se do Estado, a todos os níveis, das PPP efetuadas pelos governos, às negociatas autárquicas, fazendo esquecer o interesse público, pelos benefícios privados ilegítimos. Trocando uma visão estratégica para uma nação inteira pelo prato de lentilhas de uma elite incompetente e improdutiva. Nos primeiros anos da moeda única, toda a gente acreditou nas fantasias de Vítor Constâncio (o suposto regulador, à frente do Banco de Portugal, lembram-se?), segundo o qual na Zona Euro a "balança de pagamentos" dos países deixara de ser relevante. Ouase toda a gente acreditou nesta falácia, incluindo os credores internacionais que agora se encostam à chanceler Merkel. como se tivessem sido púdicas virgens na altura em que emprestaram aos países do Sul, explorando taxas de juro mais favoráveis. E o

país ficou inundado numa dívida que enriqueceu algumas centenas de pessoas, mas que será paga por

O que o trabalho da EEA publicado em junho deste ano mostra é as cicatrizes na terra europeia causadas pela especulação urbanística, alimentada pelas correntes de crédito fácil. Lá está a Espanha, onde se concentrou 23,5% de toda a impermeabilização de solo na Europa. Mas lá estão os 3,7% de Portugal, os 2,8%, da Irlanda. Em seis anos, milhares de hectares foram retirados à agricultura, às florestas, à conservação da biodiversidade, para fazer estradas onde escassamente se circula, e aldeamentos turísticos que, como ocorre já na Irlanda e em Espanha, terão de ser implodidos. O crédito poderia ter sido usado para melhorar a competitividade das nossas empresas, aumentando a formação profissional dos nossos trabalhadores e ampliando os utensílios de gestão dos nossos empresários.



Temos todas as condições para produzir mais para os mercados interno e externo, e para proteger zelosamente os solos das Reservas Agrícola e Ecológica. Trata-se de um imperativo ecológico e estratégico

O dinheiro poderia ter sido usado para melhorar a empregabilidade dos jovens saídos da Universidade. Ou para facilitar a formação de novas empresas. Ou para aumentar a eficácia das sinapses entre o tecido empresarial e a rede da investigação universitária. Poderia, mas não foi. Com investimento a longo prazo, e com trabalho sério, civilizam-se os países, mas não se criam milionários de um dia para o outro. Para isso é preciso montar esquemas de "Dona Brança", bolhas de enriquecimento fácil, que depois de rebentarem espalham a infelicidade pública.

O que as imagens da EEA exibem são as cidades da III República, onde bairros inteiros foram semeados sem uma ideia de harmonia, sem espaços verdes, sem a simulação, sequer, de uma aparência de beleza, construídos em função dos interesses mais mesquinhos e da cupidez de promotores imobiliários e seus cúmplices nas administrações municipais, sem qualquer preocupação com o direito ao conforto e à segurança por parte dos futuros moradores. Milhares de hectares de ricos solos agrícolas foram pavimentados e impermeabilizados, muitos recursos hídricos subterrâneos foram contaminados e degradados, já sem contar com as enormes perdas de água nas deficientes redes de abastecimento para consumo humano. A enorme distância entre os dormitórios e os locais de trabalho, provocam congestionamentos rodoviários, poluição e gastos energéticos totalmente irracionais. Casas, onde agora baloiçam tabuletas a dizer "Vende-se". Habitações que, ao desvalorizarem todos os dias, fazem o património dos indivíduos e famílias empobrecer, e as imparidades da banca aumentar. num declínio que ninguém sabe até onde poderá ir

práticas, não será repetido nas próximas décadas. Mas poderíamos combinar, por uma questão de higiene intelectual, que, ao menos, o mais alto magistrado da nação se abstivesse dos seus repetidos votos piedosos de regresso aos campos. É que, apesar da amnésia geral, o país ainda não se esqueceu que foi durante a década em que ele foi responsável pelo Executivo que Portugal viveu como se a agricultura fosse uma atividade económica dispensável. Quem conheça os solos portugueses sabe que, dificilmente, poderíamos atingir a autarcia alimentar. Mas temos todas as condições para produzir mais para os mercados interno e externo, e para proteger zelosamente, em especial nas zonas periurbanas, os solos da Reserva Agrícola e da Reserva Ecológica Nacional. Tratase de um imperativo ecológico e estratégico.

O mal está feito. Por razões

Essa será parte da mudanca a que o país, desta vez, não se poderá eximir.

Grandes exploradores



¶ A 14 de dezembro de 1911, às três da tarde. Roald Amundsen foi o primeiro a alcancar o Polo Sul, depois de vencido o branco deserto antártico, a escuridão do in-

verno, numa das mais inóspitas regiões do mundo. O explorador norueguês deixou lá a bandeira do seu país e uma carta para Robert Falcon Scott, o escocês que ficou pelo caminho, falhando o objetivo a que também se propusera. Não o ajudaram as opções tomadas. As duas expedições encontraramse na Antártida em janeiro de 1911 e esperaram pelo verão para iniciarem a perigosa corrida que os levaria ao polo. Amundsen triunfou. No entanto, escreveria mais tarde: "Não posso dizer, embora saiba que teria um efeito bem mais grandioso, que estava ali diante do objetivo da minha vida". É que desde criança tinha uma paixão pela região em torno do Polo Norte, preparou-se para o atingir anos a fio, e eis que era ao Polo Sul que chegava. O Norte tinha sido a estrela que o guiara, mas a notícia de alguém que entretanto o conquistara fê-lo virar a sul. Era sobretudo a fama e a glória que ambicionava. E tinha estofo de explorador. Sobre a sua vida marcada por brancos e árduos desafios e sobre o seu feito fala A corrida ao Polo Sul, de Peter Laufmann, um livro agora lançado pelo Círculo de Leitores, integrado na coleção Grandes Exploradores. Uma história de gelar pela ousadia. Hoje, o desafio é o universo, mas no início do século passado ainda era a Antártida que fazia correr. A coleção Grandes Exploradores integra oito biografias históricas, das quais também já publicadas Alexander Von Humboldt - Viagem à América do Sul, James Cook - Aventura nos mares do Sul, Richard Francis Burton - Viagem ao coração de África, Jacques Cousteau

> Peter Laufmann A CORRIDA AO POLO SUL

- Expedição ao fundo do mar,

das ilhas das especiarias.

Cristóvão Colombo - Rumo ao Novo

Mundo e Vasco da Gama - Em busca

Tradução de Paulo Rêgo Círculo de Leitores, 136 pp. 24,90 euros

Museus em português



■ Incentivar e aprofundar a troca de experiências e o estabelecimento regular de parcerias entre profissionais e museus em países e comunidades de língua

portuguesa e potenciar a sua afirmação no seio do ICOM (Conselho Internacional de Museus) foram os principais objetivos do VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa. Organizado pela Comissão Nacional Portuguesa do ICOM (ICOM-PT), em parceria com a Fundação Oriente, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), realizou-se em setembro de 2011, e acaba de ser lançado no Rio de Janeiro, Brasil, durante a Conferência Mundial do ICOM, que decorreu de 10 a 17, o volume de atas. Com apresentação de Graça Filipe e introdução de Luís Raposo, a obra aborda temas tão diversos como 'Museus em países e comunidades de língua portuguesa: tradição e modernidade': 'Museus e desenvolvimento: parcerias e projetos de cooperação'; Museus e sustentabilidade; e 'Profissionais e sua formação'. Língua, objeto, museu, é o texto da conferência de abertura, proferida por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, prof. emérito da Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Univ. de São

Graça Filipe (coord.) VI ENCONTRO DE MUSEUS DE PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA

ICOM e CPLP, 348 pp, distribuição gratuita (profissionais de museus e museus dos PALOP)

O mar na história, estratégia e ciência



€ "Olhar para o mar numa perspetiva de futuro e com ambição é olhar para os progressos alcançados e prosseguir o árduo caminho do investimento em mais

competência, mais conhecimento e mais informação", palavras de Maria de Lourdes Rodrigues, presidente da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, que inauguram a obra O Mar na História, na Estratégia e na Ciência. Coordenada por Mário Mesquita e Paula Vicente, reúne intervenções recolhidas por ocasião do III Fórum Açoriano Franklin D. Roosevelt, realizado na ilha do Faial, em abril de 2012, organizado pela FLAD. O volume inclui textos de vários especialistas sobre a importância estratégica do mar, o que resulta numa reflexão sobre políticas, oportunidades e recursos nas perspetivas histórica, estratégica, científica e até turística.

O III Fórum Açoriano Franklin D. Roosevelt, que ocorre de dois em dois anos e assinala a passagem de Roosevelt pelas ilhas do Faial e S. Miguel, no ano de 1918, reuniu na cidade da Horta mais de 40 especialistas.

> M. Mesquita e P. Vicente (coords.) O MAR NA HISTÓRIA, NA ESTRATÉGIA E NA CIÊNCIA

Tinta-da-China e FLAD, 405 pp, 18,90 euros